|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE** **PRESIDENTE** **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****19/02/2013** |

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**19/02/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Bom dia a todos. Estamos dando início a mais uma sessão da Comissão da Verdade, hoje com a recuperação da memória da biografia do Tenente Aylton Mortati. Então, duas pessoas muito próximas dele vão fazer depoimentos dentro da organização que a Comissão da Verdade de São Paulo fez, que se organizou na recuperação da memória e da biografia das pessoas que nasceram no Estado de São Paulo, militaram no Estado de São Paulo e morreram, desapareceram. Ou oriundas do Estado de São Paulo e morreram em outras regiões do país. Então, hoje nós vamos abordar o caso Aylton Mortati, nascido em Catanduva, desaparecido político brasileiro cuja data desse anúncio ocorreu em 04/11/71. Então, sem mais, nós vamos descer a tela, apresentar o resumo, o memorial do Aylton na tela e aí vamos passar aos depoentes. Para efeito até de gravação, vou ler.

Dados pessoais: Aylton Adalberto Mortati. Data de nascimento: 13/02/46. Local, Catanduva. Brasil. organização política, MOLIPO, Movimento de Libertação Popular. Dados biográficos: Aylton estudou até o ensino médio em sua cidade natal, Catanduva. Transferiu-se para São Paulo para fazer Direito na Universidade Mackenzie, onde também era conhecido como Tenente, posto que era aspirante a Oficial e frequentava as aulas do ensino farda do CPOR, Centro de Preparação De Oficiais da Reserva. Além disso, era pianista e faixa preta de caratê.

Preocupado com as questões políticas do país e engajado politicamente, participou ativamente do movimento estudantil, tendo sido preso em outubro de 68 quando do 30º congresso da ONG em Ibiúna. Por essa época ingressou na ALN usando o codinome de Humberto em homenagem ao seu pai. Na ALN teve posição destacada participando do sequestro do avião Boeing da Varig em 04/11/69 juntamente com Rui Carlos Vieira Berbet e mais sete companheiros.

Essa aeronave foi desviada para Cuba. Uma vez nesse país realizou o treinamento militar em guerrilha retornando ao Brasil clandestinamente em 1971, agora como militante do MOLIPO. Mesmo quando teve sua carta patente de Oficial da Reserva caçada pelo General Emilio Garrastazu Médici, então Presidente do Brasil. dado sobre sua prisão e desaparecimento.

Aylton acabou por ser preso por agentes do DOI-CODI em São Paulo no dia 04/11/71 na Rua Cervantes número sete na Vila Prudente em São Paulo. Segundo dados do dossiê da ditadura, mortos e desaparecidos políticos a prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança e seu nome entregue na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei de 9140/95. A mãe de Aylton, Carmem Mortati viveu os anos de 70 e 71 sob constante ameaça. Ela recorreu ao advogado Virgilio Lopes para defender o seu filho. Virgilio chegou a encontrar uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati, casualmente, sob uma mesa da 2ª Auditoria Militar do Exército. Ao tentar ler o documento foi preso e interrogado nas dependências do DOI-CODI, quando tentaram ‘convencê-lo de que seu cliente nunca havia sido preso’. A Justiça Militar a época que Aylton foi morto, presos políticos denunciaram ele ter sido torturado no DOI-CODI em São Paulo e desaparecendo desde então.

Em 1975 novas denúncias são feitas por presos políticos sobre prisão, tortura e a morte de Aylton dessa vez na OAB. Nos arquivos do antigo DEOPS no Paraná, sua ficha foi encontrada em uma gaveta reservada para ‘falecidos’. Em 1993 o relatório do Ministério da Aeronáutica aponta que Aylton foi morto em 04/11/1971. Agentes policiais, presos por agentes do DOI-CODI de São Paulo. Providências posteriores, após ser revelada a existência da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus em São Paulo, foi instalada a CPI da Câmara Municipal para investigar tal fato. Em Perus foram encontradas ossadas de diversos militantes que resistiram ao regime militar, tais como Luiz Eurico Tejera Lisboa, Marcelo Teixeira, Alex Xavier Pereira, Sonia Maria Lopes de Morais e Joaquim Alencar Seixas, entre outros.

É praticamente certo que os restos mortais de Aylton Alberto Mortati também ali foram enterrados clandestinamente por agentes da ditadura. Em 2011 segundo matéria do jornal Folha de São Paulo a polícia de São Paulo iniciou o processo de uma série de identificações de ossadas exumadas do Cemitério de Perus. Dentre elas provavelmente estará a de Aylton que aguarda a identificação do IML, Instituto Médico Legal de São Paulo e do INC, Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal para a comprovação através de exames de DNA.

Bom, vamos sem mais delongas suspender o telão. Primeiro fala o Dr. Virgilio e depois os seus colegas, companheiros, amigos caso se sintam dispostos.

Dr. Virgilio, muito obrigado pela sua luta como todos os advogados. E vamos trabalhar para que o prédio da Auditoria Militar seja tombado e seja transformado no Memorial da Resistência. É muito importante os advogados de São Paulo que resistiram e participaram na resistência da ditadura, tem o direito de transformar aquela casa de horrores em uma dependência histórica dos sítios da memória, (ininteligível) com a sua capacidade de articulação da inteligência contribua com essa campanha. É muito importante que aquele prédio seja devolvido para o povo brasileiro com aspecto pedagógico de transformação desses logradouros que aconteceram tantas barbaridades em volta. Muito obrigado por tudo e pela sua disposição. Muito obrigado.

**O SR. VIRGILIO LOPES ENEY –** Com relação ao prédio da Auditoria militar, eu concordo integralmente que ele seja transformado em uma espécie de memorial da repressão. Era inicialmente o prédio da Auditoria militar no térreo, no porão morava o Juiz da 2ª Auditoria, o Dr. Nelson. Ele morava lá e falava, não sei o que, morava pertinho, ao lado de onde era o Teatro Bandeirantes, ali também tinha uns apartamentos que também morava gente da Auditoria. E ali tinha até a sala dos advogados presos. E dos presos então. Com relação à Aylton, eu fui procurado lá por 71 mais ou menos, faz muito tempo e não me lembro de tudo, por sua mãe no meu escritório. Ela chegou e pediu, e ela foi muito justa, enérgica e falava, talvez eu nunca mais veja ele, mas eu queria saber do seu corpo. E ela foi uma figura sensacional porque ela foi atrás de todo mundo. Estivemos até com o Cardeal de São Paulo com a história. Mas era meio complicado na época, como deve ser até hoje. Falava para o Cardeal e ele queria provas. Se nós tivéssemos provas, nós não precisaríamos fazer nada. Nós iríamos para a suíça e estaria aquela beleza. Mas nada disso. Na cidade de Catanduva de onde ela era tinha um Delegado na época, (ininteligível) Jorge que era de Catanduva. Ela procurou o Delegado e tudo, e pediu. E foi um Delegado Civil bem importante. E acredito eu que não era ligado à repressão, não era nada. Apesar de que ele foi do DEOPS, mas 30 anos antes de ela procura-lo. Ela queria o corpo do filho e nada. Também na repressão, os repressores alguns deles gostavam de certos agrados da família, agrados dos advogados. Ás vezes apareciam dizendo que o Aylton foi visto preso em Fortaleza no Ceará, e temos direito disso, daquilo, e sempre pediam alguma colaboração. E ela foi vítima desses pedidos de colaboração dos chamados e benditos repressores por bastante tempo. Tenha achado na Auditoria e aí a tipificação legal fica meio complicada. (ininteligível) isso não houve. O furto também acredito que não, a subtração, eu sei que apareceu no meu bolso na saída da Auditoria o atestado de óbito dele firmado pelo ilustre médico Chibata. Na época a minha preocupação era ele. Ele estava na relação de presos. Tinha outro que eu esqueci agora, não deu para lembrar, mas na época eu sabia.

Na saída da Auditoria eu fui preso pelo Sargento Roberto que estava por lá que ele era funcionário da Auditoria. Acabei até sendo processado e fui absolvido no Supremo Tribunal Federal, isso lá por 74, 75. E eles ignoravam completamente a prisão, o desaparecimento do Aylton, tanto que ele foi julgado na Auditoria militar de São Paulo e eu fiz a defesa. E eu lembro muito bem que eu disse que eu defendia uma sombra, e uma sombra me defendia naqueles tempos difíceis. Era mais ou menos isso que eu tinha que dizer.

A mãe me procurou sempre, algumas vezes a tia. Ela tinha um pensionato para moças universitárias na Rua Rafael de Barros. Andando um pouquinho, digamos andando a pé, sem correr, em um minuto e meio estaria no DOI-CODI, na Oban, na Operação Bandeirante. E ela me falava, e eu falei isso para o Juiz que era metido a católico, falava isso para eles lá, que ás vezes de noite ela ouvia o filho chamando. Mas eles pouco ligavam para isso. E eu fui algumas vezes no pensionato, inclusive ela cozinhava muito bem, a comida dela era perfeita. Almocei com ela, com a tia e com todos. Era isso que eu queria dizer.

Fui uma vez quando acharam os corpos lá no Cemitério de Perus eu fui chamado, mas eu não posso dizer nada se ele estava enterrado, não estava, se os corpos eram deles, se não eram. Isso é coisa do DNA e eu não entendo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Doutor Virgilio, mas esse documento da Auditoria, explica um pouco melhor. O que estava escrito lá? Constava como preso?

**O SR. VIRGILIO LOPES ENEY –** Não. O atestado de óbito constava que ele tinha morrido, assinado pelo Chibata, e morto de causas naturais. Eu não sei como a morte pode ser natural, mas a dele foi natural. Estava lá no atestado de óbito. E ao lado tinha uma relação de pessoas presas. E eu fui denunciado e tudo porque furtara isso. É o termo que eles usaram. Subtraíra documento público da Auditoria, que eram esses presos.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Essa relação não apareceu no seu bolso?

**O SR. VIRGILIO LOPES ENEY –** A relação apareceu no meu bolso também.

Sobre isso tem um livro, é do Nilmário Miranda, se chama ‘Os filhos desse solo’. Ele registra mais ou menos as coisas. E nos meus processos, pena que eu não soube e também não tenho porque eu sou vítima da arquiteta que reformou o meu apartamento e sumiu todas as coisas e inclusive os meus milhares de livros. Mas tinha isso, que eu furtei isso e que era depoimento fatal, crucial para a repressão. E que não ia ser muito crucial porque nunca apareceu em outras coisas.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES –** Bom dia. Eu queria cumprimentar o Virgilio e agradecer a disposição dele de vir aqui para dar esse depoimento a respeito do Mortati, e eu sou membro da Comissão da Verdade, mas também sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. E houve um determinado momento que nós tivemos uma pesquisa. Nós tivemos oportunidade de fazer uma pesquisa nos arquivos do DEOPS. E lá nós encontramos uma requisição de exame que é encaminhada para o Instituto Médico Legal que teria encontrado o corpo de um desconhecido nos baixos do Viaduto Bresser próximo a Rua Pires do Rio, um cadáver de cor branca aparentando mais ou menos 25 anos, masculino.

Bom, o que chamou a atenção nossa e nós guardamos esses documentos na pasta, nos temos uma pasta para cada morto e desaparecido, nós temos 526 pastas, o que nos chamou a atenção para esse documento é que ele é assinado, ele é datado de 14 de novembro de 1971, portanto o Mortati havia sido sequestrado. Se morto não sabemos, mas sequestrado com certeza. E quem assina o documento é o Dr. Davi dos Santos Araujo que é da 36ª Delegacia, ou seja, da Operação Bandeirante. Isso chamou a atenção de que como é que o Dr. Davi dos Santos Araujo, o Delegado de polícia é conhecido desde a época como torturador e o que esse homem estava fazendo na 36ª aqui na Tutóia mais próximo do Paraíso, e esse cadáver foi encontrado aqui. Ele andando pela rua, encontra um cadáver? Ele era conhecido como Capitão Lisboa também, mas era um codinome. E eu queria que esse documento fosse entregue a Comissão da Verdade e que a Comissão da Verdade ouvisse o Dr. Davi dos Santos Araujo, porque ele deve saber o que foi feito do cadáver do Mortati. Pelas indicações do IML esse corpo teria ido para Perus, e aqui fala que ele teria, as vestes seria um paletó, uma calça de caxemira escura, camisa de algodão escuro. Aqui o que fala é isso. Esse corpo encontrado no dia 14 de novembro, no dia 16 de novembro foi para Perus pelos dados desse documento aqui, que é de número 5596 e tem, esse aqui não chega a ter um T, porque geralmente esses documentos tinha um T de terrorista. Mas como ele é desconhecido, eles não puseram o T de terrorista. O que dá para entender é que eles queriam tanto esconder o cadáver como é feito hoje. Nós não sabemos o que foi feito dos restos mortais do Mortati, o que aconteceu com eles. Nós, aqui fala que foi fichado e fotografado, mas nós não encontramos. Só encontramos esse documento que deveria estar no IML inclusive as fotos. Mas então o que a gente pede enquanto familiar de desaparecido, eu quero trazer a memória porque a Comissão da Verdade é muito necessária, mas ela chegou muito tardiamente. Então, muitos dos depoentes, muitos dos testemunhos oculares, muitas vítimas estão morrendo e a Dona Carmen foi uma delas. A Dona Carmen foi uma mulher que sempre falou do filho. O Aylton Mortati era filho único e ela falava com muito orgulho do que ele fez, e do que ele sonhava. Ela não era uma mulher política. Ela é uma mãe.

Eu conheci essa mãe, ela ia muito nas reuniões com a gente, participava muito. Eu acho que tem que fazer uma homenagem a Dona Carmen Mortati. Ela falava muito no Dr. Virgilio. Ela tinha aquela esperança de que a Comissão de Familiares e o Dr. Virgilio iam encontrar os restos mortais do Mortati. Então, eu aqui pensando nela eu queria fazer o pedido que eu acredito que se ela estivesse aqui hoje, ela faria. Vamos trazer para ser uma testemunha ou para falar sobre o Dr. Davi dos Santos Araujo. Vamos pedir ao IML onde está essa ficha, onde está essa foto? Nós descobrimos que esse FF significa fichado e fotografado. Esse cadáver foi fichado e fotografado. E a gente precisa disso urgente enquanto tem testemunhas. Hoje tem o José Victor que conheceu, tem o Mortati. Então, nós ainda temos testemunhas que podem falar, essa foto é dele. Então é isso que eu queria pedir aqui. O documento está aí.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** O Sr. pode ficar mais um pouco com a gente? Vamos lá. Vamos então passar a palavra para o Renato Martinelli que é colega do Aylton do Mackenzie, está com os outros dois amigos, companheiros da época que é o José Vitor e o Jun Nakabayashi, mas quem vai falar pelo grupo é o Renato Martinelli. Renato, faça um depoimento.

**O SR. RENATO MARTINELLI –** Inicialmente eu queria falar um pouco sobre a conjuntura em que eu conheci o Aylton, Adalberto, tenente. A universidade Mackenzie em 1965 quando começamos a estudar lá na Faculdade de Direito, se caracterizava por ser um núcleo de intelectuais, Professores, Reitores, que a principal característica era o conservadorismo. Era um núcleo de apoio forte a ditadura civil militar que havia se instaurado no país em abril de 1964, apoiava a ditadura, de todas as formas. E era um núcleo intelectual sobre o ponto de vista político de apoio ideológico, a ditadura civil militar.

Então, nós estudantes do Mackenzie, havia anteriormente a 64 havia uma política entre os estudantes, um centro acadêmico progressista, mas a partir de 64 surgiu esse grupo de poder aliado a ditadura militar. Mantinha ideologicamente e com participação ativa da ditadura civil militar. Então, nós estudantes que estudávamos no campus do Mackenzie, obrigatoriamente tínhamos que nos unir. Então, nós tínhamos uma unidade de participação do movimento estudantil, porque participar do movimento estudantil sem ser estudante do Mackenzie era um ato de extrema coragem, porque lá também existiam aqueles núcleos principalmente do ccc, denominado Comando de Caça ao Comunismo. Era um núcleo formado de paramilitares, cujo principal dirigente era aquele diretor do Largo São Francisco que se tornou Ministro da Justiça. Um intelectual de plantão na época. E que tinha ramificações no Mackenzie. Esse grupo era um grupo paramilitar organizado, que ao mesmo tempo em que atuava no apoio interno no seio da ditadura civil militar, levantando a bandeira do radicalismo de direita, se é que pode existir um movimento assim, mas eles eram radicalistas, atuavam no movimento estudantil e principalmente atuavam nos sindicatos e no meio artístico para amedrontar o movimento estudantil e para amedrontar a intelectualidade brasileira no cinema, na música, através de ataques militares, paramilitares. Porque o movimento estudantil e o movimento cultural de São Paulo é o primeiro que tinha se levantado e tomado às ruas na luta contra a ditadura. Então, nós atuávamos. E nós tínhamos que fazer uma frente muito ampla. Então, nós tínhamos uma frente ampla dentro do Mackenzie que comportava os alunos de todas as faculdades. Uma frente de centro esquerda que ia desde a esquerda radical até os democrata cristão, neoliberais, fascista, socialistas era uma grande frente. Era a nossa condição de poder atuar em um movimento estudantil em 1965.

Quando o companheiro tenente entra no Mackenzie, ele entra me parece em 76 ou 77, ele entra já com essas posições, o movimento estudantil já em um processo de radicalização, já ganhando as ruas. É aí que ele entra em contato com a política universitária, com o movimento estudantil e com a luta contra a ditadura de tal maneira que o companheiro tenente surge na lista, na política estudantil e se forma na luta contra a ditadura. Daí a tese que se levanta que a insurgência, a grande causa da participação política em primeira instância e depois já como uma política armada, a grande causa é a ditadura. É aí que o tenente surge e é aí que ele vai se formar.

Em 1968 um grupo do Mackenzie, quatro ou cinco pessoas conversam com o Carlos Marighela e se faz um acordo e começa a atuar na ação libertadora nacional. O Aylton não faz parte desse grupo. Ele continua dentro do movimento estudantil, mas vai ganhando corpo a sua participação, e ele vai participando cada vez mais da luta contra a ditadura.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Desculpe, você lembra quem fez o contrato com o Marighela do grupo do Mackenzie, para entrar na ALN dos quatro?

**O SR. RENATO MARTINELLI –** Fomos quatro. Foi o Jun Nakabayashi, Agostinho Fiordelisio, Márcio Leite de Toledo e eu, fomos os que fizemos um acordo com o Marighela. Fizemos acordo, participamos de algumas ações e fomos destacados para treinamento militar, de guerrilha em Cuba. Dentro de um acordo que a ALN tinha com o Partido Cubano. Ele continua aqui. O Aylton não vai, continua aqui meditando, e aí começa já a meditar no movimento político armado. Quer dizer, o movimento estudantil se forma na luta contra a ditadura, e na medida em que a ditadura vai radicalizando a sua atuação contra o movimento estudantil, o movimento estudantil vai se radicalizando e vai aderir à luta armada.

Bom, eu volto para o Brasil em 1970, posteriormente soube que ele esteve em Cuba, mas não tive contato com ele lá.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você foi para Cuba quando?

**O SR. RENATO MARTINELLI** – Em 68. Agosto de 68. Fiquei até 1970, em maio de 1970 pela ALN e volto pela ALN.

Bom, o Aylton começa a militar no movimento estudantil e mais...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quando ele chegou lá em Cuba em 69 você não encontra com ele?

**O SR. RENATO MARTINELLI –** Não encontro, porque lá em Cuba nós não tínhamos contato. Tinha uma chamada compartimentação para resguardar a compartimentação. Não sabiam quem estava, quem não estava, para ter uma determinada segurança. Então, eu volto em 1970. Não o encontro.

Ele volta posteriormente, eu conversando com alguns amigos, tem um colega de escola que conversa com ele em Santiago, no Chile. Então, ele provavelmente volta ao Brasil pelo Chile. Outras indicações de pessoas que estiveram com ele fala que ele chega ao Brasil três meses antes da morte. Então, se foi em novembro à prisão, mais ou menos em agosto, por aí. Então, pessoas não afirmam, mas conversando com algumas pessoas que eu sei que tiveram contato com ele às pessoas dizem, dizem, porque a pessoa não quer dar o testemunho, então ela diz que dizem que foi há três meses antes da morte e tal. Então, teve contato.

Conversei com um companheiro que teve contato com o Aylton 15 dias antes da prisão do Aylton.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – (inaudível – fora do microfone).

**O SR. RENATO MARTINELLI –** Não tenho essa autorização. Ele diz o seguinte, que ele fez uma arrecadação entre companheiros, entre uns cinco ou seis companheiros e forneceram uma importância em dinheiro para que ele tivesse uma infraestrutura. Mas me chama a atenção e eu perguntei, o que mais ele... Ele tinha necessidade de um aluguel de uma casa, alguma coisa para que ele ficasse morando. Aí a gente vê a precariedade da infraestrutura que tinha naquela época o MOLIPO, o movimento em que ele volta.

Eu nunca acreditei, cada vez menos acredito nessa tal coincidência que foi propalada, que a prisão foi efetuada, uma barreira policial que o prende, nunca acreditei nisso, porque todas essas versões nunca se comprovaram verdadeiras. Todas essas versões que implicam em coincidência de prisão, não sei o que, são versões que na maioria das vezes são apresentadas como uma manobra advensionista, mas, sobretudo para esconder que havia traição no seio da organização.

O que eu chamo de traição? Eu chamo de traição e traidor inclusive para diferenciar de uma outra possível situação, eu chamo de traidor um militante de uma possível organização que combatia a ditadura e depois de preso por alguma razão que não se sabe, ou ameaça, o que se sabe é que a adjuntiva era ou colaboração ou morte, principalmente os que vinham com treinamento militar. E o Aylton vinha com uma situação que, era uma figura que tinha alguns componentes que a gente tem que analisar para entender os tratamentos que a repressão vem com ele. Porque ele era um policial do CPOR, portanto ele era um militar. Segundo, ele tinha uma participação aqui em 1960 em um episódio de uma tentativa de prisão de um companheiro dele, Márcio Becke Machado, o companheiro dele está sendo preso na Rua Maria Antonia, em um dia de chuva segundo me descreveram, estava sendo preso pela repressão da ditadura e ele intervém. E solta o companheiro. Dá um tiro, fere um agente da repressão então tinha esse segundo aspecto, ele tinha um combate direto com a repressão em que tinha um ferido. E o terceiro, um outro aspecto, não vamos enumerar, mas um outro aspecto também é que ele tinha um treinamento em luta guerrilheira. Então, vamos dizer, ele era um foco principal, ou pelo menos especial. Era diferenciado. Então, daí a gente fica imaginando a sanha, as atrocidades.

E não acredito nessa prisão. Acredito mais nisso. Naquela ocasião a repressão estava sofisticada, eu vivi bem aquele momento, não estava no Brasil naquele momento, tinha saído uns meses antes, então tinha sido, escapado de várias situações. Eu sabia bem que a repressão estava cada vez mais sofisticada. Agora, a prisão, tortura, o assassinato e o desaparecimento do corpo, é uma política que nós vamos ver que acontece com vários militantes da luta contra a ditadura, companheiros e companheiras. Inclusive com pessoas que compartilhavam. É uma atitude deliberada, idealizada pelo Estado ditatorial. E o desaparecimento é um objetivo dentro de uma política deliberada. Porque acaba escondendo os verdadeiros patos. Por isso eu não acredito quando vem me dizer, outro dia eu vi o caso do ex-Deputado Rubens Paiva, uma pessoa dizendo o seguinte, parece que o que houve lá foi um incidente de trabalho. Não. Como que se por algum motivo mataram e desapareceram com o corpo. Não. É coisa deliberada. Não é ato de repressores insanos absolutamente. É de um Estado insano, que é a ditadura civil militar. É deliberado. Portanto, o ato da prisão ilegal, da tortura, do assassinato e do desaparecimento do corpo é um ato deliberado. Mas por ironia da história esse corpo continua lutando, e nós estamos aqui discutindo um desses corpos. Ele foi à luta, foi preso, torturado, assassinado, desaparecido, desapareceram com o corpo dele e ele é presente até hoje. Daí eu acho, a minha opinião a respeito da Comissão da Verdade, da história, ao procurar investigar a situação dos desaparecidos, vai penetrar no seio, no mais profundo da ditadura civil militar, porque através desses atos ela vai mostrar o verdadeiro caráter. Essa é a razão do meu apoio a essa Comissão da Verdade, a vocês todos.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Para registro, as investigações que foram feitas ao longo desses anos pela Dona Carmem e pela Comissão de familiares e mortos desaparecidos, que são agregadas a Comissão da Verdade, o caso de Aylton Adalberto Mortati, o que pode ser levantado é que ele chegou ao Brasil vindo do exterior, e na organização que ele dividiu inclusive, que era o Movimento de Libertação Popular, MOLIPO, ele ficou baseado aqui em São Paulo. E o tenente, como ele era conhecido, ele alugou uma casa na Rua Cervantes, número sete. E lá morava o Aylton junto com Maria Augusta Tomás, que faziam a fachada como se fosse um casal que morava naquela casa. Morava também, mas não aparecia para a vizinhança o José Roberto de Almeida Arantes, que era outro integrante da organização que estava aguardando uma orientação de para onde ele iria ali naquela casa. Ia ter uma outra tarefa. Ao que tudo indica, uma pessoa infiltrada na organização levou a repressão até aquela casa e a repressão teria montado uma vigia, uma campana sobre aquele aparelho da organização. No dia 04/11/71 a repressão estava muito preocupada porque era a chamada 2ª Semana Marighela em que as organizações ALN e MOLIPO faziam ações para marcar o 2º ano da morte do líder da ALN, o ex-Deputado Carlos Marighela.

Eram várias ações que chamavam atenção e que denunciavam a ditadura. O Mortati com certeza era comandante de várias dessas ações que já tinham acontecido no dia anterior. E a repressão então faz a investida e pelas informações coletadas o Mortati teria sido capturado em uma rua atrás, na Rua Cervantes, e a Maria Augusta Tomás eles não conseguiam pegar ali. E seguiram na Rua Turiassu quando ela se encontra com outro companheiro, que era o Francisco José de Oliveira, o Chico Dialético, a repressão avança sobre eles, matam o Chico Dialético e a Maria Augusta mesmo ferida consegue escapar. A descrição que foi feita tanto no local quanto aos presos foi que essa investida foi comandada pelo Delegado Antonio Vilela, que quando o Chico Dialético cai ferido, ele se aproxima e desfere um tiro no rosto do Francisco. Essa foto que a Comissão de Familiares levantou realmente mostra uma bala com chamuscamento no rosto dele por ser um tiro a queima roupa. E a bala está, o lugar de entrada é exatamente a maça do rosto. A Maria Augusta que era companheira do Mortati consegue escapar, ferida, mas consegue escapar. E ela depois vai ser morta junto com o Márcio Becke Machado em 1973 que é outra abordagem que nós vamos fazer no mês de março, para contar a história da Maria Augusta e também do Becke Machado.

O José Roberto de Almeida Arantes que fica dentro da casa, a repressão faz o assalto a casa achando que a casa estava vazia. E ele reage. E ele faz uma resistência tão grande, tem um relatório que a gente viu há muito tempo atrás em que o Carlos Alberto Brilhante Ustra descreve em uma de suas falas para os seus subordinados, como era a tenacidade dos guerrilheiros urbanos, e diz que a casa ao ser atacada, há uma resistência em que ele diz que tinha algo como oito pessoas atirando de lá de dentro, porque em várias janelas e portas aparecia uma pessoa resistindo, e eles percebendo que não tinham condições de enfrentar aqueles oito fortemente armados, eles conseguem invadir a casa e lá tinha apenas um guerrilheiro urbano chamado José Roberto de Almeida Arantes. Esse relatório servia de exemplo para os repressores de como deve se preparar para uma surpresa, porque os guerrilheiros urbanos era uma pessoa que tinha muita tenacidade, muita abnegação e que, portanto, não eram de fácil assassinato.

Registra-se também o seguinte, que no primeiro semestre de 1971 havia uma norma dentro da repressão que até 1970 as mortes aconteciam quando eram lideranças, que é o Carlos Marighela, o Joaquim Câmara Ferreira, o Eduardo Colin Leite, o ‘Bacuri’ que são pessoas que são pessoas que são lideranças. A partir do começo de 1971 a norma empregada pelos repressores é que metade morre. Então, todos que caíssem, a metade seria assassinada com certeza.

Segunda coisa é que a partir de junho de 1971 é que essa norma se transforma de uma maneira mais cruel. Todas as pessoas que fossem dirigentes seriam assassinadas. Todos os banidos, pessoas que foram trocadas por diplomatas naqueles sequestros que se faziam, seriam assassinadas. E todos aqueles que treinassem em Cuba seriam assassinados. Então, a partir de junho de 71 a norma era matar. O Aylton Adalberto Mortati se inscreve em duas categorias. Banido, ele não é banido, mas ele sequestra um aviao para poder fugir do país e treina em Cuba. Com essas duas condições com certeza ele seria assassinado, como o José Roberto Arantes e o Francisco José de Oliveira. O Francisco José de Oliveira é assassinado e enterrado no Cemitério de Perus com o nome de Dario Marcondes.

O Arantes, eu acho que é José Carlos Pires de Andrade, alguma coisa assim. Apesar de ter as fotos e tudo mais, eles são enterrados com nomes falsos, que é a prática usada pelo Major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Esse documento que a Amelinha Teles apresentou aqui é o seguinte, esse documento é uma requisição de exames que a polícia faz ao IML para determinação da morte. Então, tem aqui escrito que a morte a esclarecer. Então, é indicado uma morte suspeita e depois é apontado uma morte natural.

Essa coisa toda que é apontado pela Amelinha Teles, uma pessoa que foi encontrada embaixo do Viaduto Bresser, tem aqui embaixo uma característica que é mais importante que é o seguinte, o Davi dos Santos Araujo que é o torturador da equipe B da Operação Bandeirante, DOI-CODI, ele era conhecido pela alcunha de Capitão Lisboa. Esse Capitão Lisboa que atuava dentro da 36ª Delegacia, ele é o autor da solicitação. E se trai pela impunidade principalmente e pela tranquilidade com que se assassinava, tem aqui embaixo dizendo o seguinte, o laudo deve ser remetido para, aí vem a Delegacia ou o órgão policial. E está escrito aqui, 36ª e um X em cada algarismo, corrigido, 25º Distrito Policial. Ou seja, corrigindo, o Davi não é do 25º, ele é da 36ª porque era a fachada legal do DOI-CODI, e ele ao fazer a requisição de exame, ele se coloca fazendo a 36ª e imediatamente se corrige dizendo que era o 25º Distrito Policial. Então, isso aqui é a prova mais cabal que se tem da farsa montada. Daí a decorrência do episódio que o Dr. Virgilio relatou aqui.

Eles fizeram um atestado de óbito comprovando a morte dele, mas retiraram por quê? Porque o Mortati provavelmente é esse cara aqui.

Quando houve o escândalo do Cemitério de Perus o Davi dos Santos Araujo foi ouvido na CPI e ele fez a seguinte declaração quando foi inquiridos sobre esse documento aqui. Ele reconhece a assinatura, reconhece que é o nome dele aqui, mas quando perguntado se era 36ª ou 25º ele responde, isso eu não sei, não sei dizer, é com os chefes. E ele não quis responder mais nenhuma informação sobre isso. Então, a farsa obviamente fica caracterizada, e eu gostaria Deputado Adriano Diogo, que mais uma vez a gente fizesse um foco sobre a questão da Polícia Científica e do IML como sendo uma forma de acobertamento das violências, principalmente dessa época aqui.

Não somente dessa época, mas atualmente continua sendo vinculada a Secretaria de Segurança que não tem autonomia nenhuma, tanto os peritos criminais quanto os médicos legistas tem a coação da polícia e fazem o que está escrito nessas requisições.

Então, eu acho que deveríamos pensar nas recomendações a serem feitas, que a gente fizesse tanto a perícia criminal, o Instituto de Polícia Científica e o IML ganhem autonomia e que não se permita mais isso, porque nessa época era assim, hoje quando a Polícia Militar assassina uma pessoa tem isso aqui. A indicação flagrante da manipulação vem aqui embaixo. E se tratando de morte natural dispensa-se o laudo. Agora, para que faz a investigação se não tem a apresentação dele no laudo? Obvio que é uma farsa que está premeditada. O que tem que fazer é que a partir dessa constatação, que se faça autonomia, desvinculação da Polícia Científica e dos IML estaduais da polícia judiciária.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Dr. Virgilio, o Sr. gostaria de fazer as suas considerações finais?

**O SR. VIRGILIO LOPES ENEY –** Eu gostaria de dizer que fico encantado com essa Comissão da Verdade, pena que ela vem muito tarde. Ela deveria ter aparecido lá por 1980. E pegaríamos as pessoas vivas. Quem sabia de tudo lá na Auditoria militar era um tal Oficial de Justiça chamado Alfredo. Esse sabia de tudo. Ele era Oficial e não era. Eu o encontrava com muita frequência em um supermercado perto da minha casa. E tinham outros lá na própria Auditoria que sabiam de tudo. O próprio Juiz da Auditoria, duas ou três vezes me deu informações com 10, 15 dias de antecedência sobre a morte do Carlos Lamarca. Sobre o meu suposto envolvimento com o Partidão na cidade de Osasco. Ele sabia de tudo e me falava antes de as coisas aparecerem, ele já sabia e me falava. Talvez porque eu seja mais, não é bem humorado, mas estou por ali, ouço as coisas. E esse próprio Alfredo, ele sabia de tudo, mexia. Chegava a tarde, ele era todo da repressão, todo de direita. Ás vezes prestava serviço. Prestou um serviço uma vez por mim de um cliente preso que seria morto, preso pela terceira ou quarta vez, eu fui falar com o Alfredo e ele também recebeu telefonema de gente importante, ele salvou. Esse cliente chamava-se Fernando Casada e Sales. E depois me falavam, ele não vai ser solto, mas vai continuar vivo. Era assim que eles falavam para a gente. A gente sabia de todas essas coisas.

Se estivessem vivos, ao invés do Aylton, se pudesse ouvir o Alfredo ele falaria muitas coisas que nós suspeitamos, ignoramos talvez. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Amelinha, as considerações.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES** – Eu queria só, como a Comissão veio tarde, e o que a gente não fala hoje pode ser que amanha a gente não possa falar. Eu queria fazer uma homenagem ao Virgilio porque eu fiquei seis meses incomunicável entre OBAN e DEOPS e o Virgilio era muito ousado. Eu sei que um dia o carcereiro me pediu para subir, e eu achei que ia para a tortura. E ele falou, pode ficar tranquila.

Cheguei lá e tinha uma sala. Era um advogado. Eu nunca tinha falado com o Virgilio, nem sabia que ele era advogado. Ele que tinha dito que era. E me deu uma folha em branco e falou, assina aqui depressa. E eu assinei em branco uma folha para ele, correndo todos os riscos. Eu já estava em perigo mesmo, porque eu já estava lá dentro incomunicável. E falei, eu nem sei quem é, eu vou assinar. Assinei. E a partir desse momento eu conquistei um advogado, conquistei um habeas corpus. Ele fez isso, foi processado por isso, porque o Alcides Cingilo que era o Delegado de polícia lá do DEOPS achou que ele tinha virado meu advogado porque na época, eu era do Partido Comunista do Brasil e na época ele disse que era do Partido Comunista do Brasil também. Então, foi ele processado, foi aquela confusão, eu acho até que prenderam ele na hora porque ele foi levado para um lado e eu fui para a cela de novo. Mas eu queria só registrar isso na Comissão da Verdade porque essa história, essa solidariedade que ele mostrou e demonstrou, é por isso que eu estou viva aqui hoje. Eu sou uma sobrevivente e posso falar isso. Muito obrigada, Virgilio.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado Amelinha. Alguém mais gostaria de se manifestar? Não havendo mais, a sessão está encerrada. Muito obrigado.

\* \* \*